



AVANTE!



Boletim Nacional da RECC - Nº 02 - Março de 2010 - redeclassista.blogspot.com

CARTA AOS ESTUDANTES DO BRASIL: SÓ A LUTA COMBATIVA E ANTI-GOVERNISTA NOS LEVARÁ À VITÓRIA!

O ano de 2010 se inicia e traz à tona uma série de embates para os estudantes brasileiros. É nesse sentido que a RECC - Rede Estudantil Classista e Combativa faz um chamado a todos os estudantes proletários a cerrarem fileiras conosco para dar prosseguimento na luta contra as reformas neoliberais na educação. Por isso, na atual conjuntura, é de extrema importância apontar claramente os caminhos para a construção de um movimento estudantil independente e combativo e prosseguir a discussão da criação de um instrumento de luta para a classe trabalhadora.

CRISE DO CAPITALISMO

A partir da crise econômica mundial que se instalou em 2008, resultado da quebra da bolsa de valores e da explosão da bolha imobiliária norte-americana, foram implementadas pela burguesia mundial uma série de ataques e corte de direitos aos trabalhadores de todo o globo (demissões em massa, arrocho salarial etc.), visando recompor seus lucros sobre as costas do proletariado, aumentando a exploração, e buscando gerar uma nova concentração de capital, através das mega-fusões, fortalecendo o capitalismo ultra-monopolista.

Os governos de todo o mundo, tendo a frente a política de Obama, saíram em defesa dos bancos e das transnacionais, com pla-

nos de desvios milionários de dinheiro público para a iniciativa privada, na política de salvação do capitalismo. Apesar da crise não atingir intensamente o Brasil, aqui não foi diferente. Lula concedeu isenção de impostos ao patronato do setor industrial, repasses via BNDES, ao mesmo tempo em que realizou corte de mais de 1 bilhão na educação.

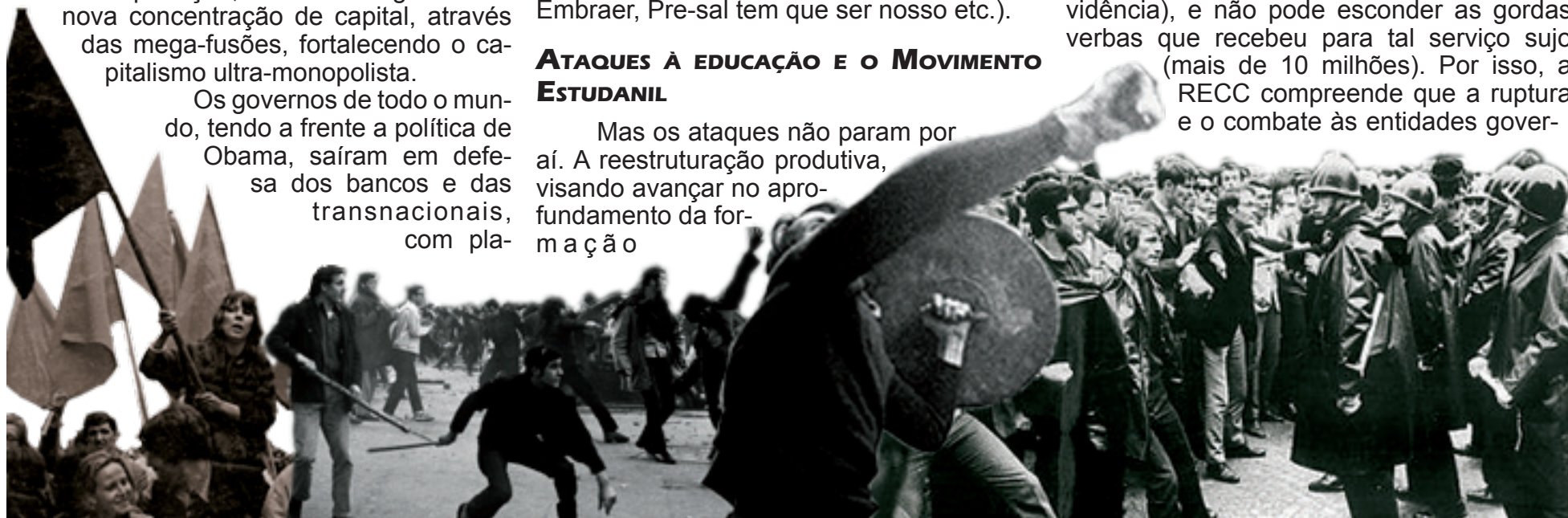
Os partidos do bloco governista, através de suas centrais sindicais burocratizadas (CUT, CTB, Força Sindical), se alçaram numa verdadeira campanha de salvação da ordem vigente, com a promoção de campanhas nacional-desenvolvimentistas, sabotagem das lutas locais e de reforço do Estado Burguês como resposta a crise. Já os setores para-governistas (PSTU/PSOL) da CONLUTAS e da Intersindical, se mostraram débeis e ficaram a reboque da política do governismo "sob os gritos de unidade" com a burocracia. Deste modo, ao contrário de impulsionar uma luta combativa e independente dos trabalhadores, dissolveram seu programa e se imobilizaram nas grandes frentes legalistas e atos unificados com o governismo (Ato pela Redução da Taxa de Juros, A Vale é Nossa, Comitê pela Reestatização da Embraer, Pre-sal tem que ser nosso etc.).

ATAQUES À EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Mas os ataques não param por aí. A reestruturação produtiva, visando avançar no aprofundamento da formação

de mão-de-obra para empresas e privatização da educação, caminha a todo vapor, perpetrada pela burguesia brasileira e o Governo do PT. A Reforma Universitária e as reformulações nacionais feitas no ensino médio através do PDE (Programa de Desenvolvimento da Educação), Movimento Todos Pela Educação e as políticas tiradas na CNE (Conferência Nacional de Educação), apontam para toda uma reformulação acadêmica que tem no novo ENEM e no Ensino Médio Inovador sua mais nova face da adequação do ensino a política do empresariado brasileiro. Reformas estas que analisaremos nesta edição.

Todos estes ataques não poderiam estar se realizando sem o braço do Governo Lula/PT no movimento estudantil: a UNE (União Nacional dos Estudantes), que durante os últimos 8 anos demonstrou todo o seu caráter reacionário e burocrático para o movimento. Defendeu as principais políticas neoliberais do governo, travestidas de populistas, tanto na educação (via Reforma Universitária: ProUni, ENEM, Reuni, Fundações), como no mercado de trabalho (Super Simples, Reforma Sindical, Reforma da previdência), e não pode esconder as gordas verbas que recebeu para tal serviço sujo (mais de 10 milhões). Por isso, a RECC compreende que a ruptura e o combate às entidades gover-



nistas (UNE, CUT, CTB) é um passo essencial para o desenvolvimento de qualquer luta no atual momento, ainda mais com uma possível vitória de Dilma Roussef (PT) nas eleições burguesas.

Ao mesmo tempo, se faz necessário analisar a recém criada ANEL - Assembleia Nacional de Estudantes Livre, que surge como resultado do recuo na linha do PSTU de rompimento com a UNE e com governismo. A dissolução da CONLUTE e da Conlutas (via fusão com a Intersindical), e a fundação da ANEL e da Nova Central, é uma declarada adequação a linha para-governista do PSOL. Basta ver que este último ainda possui todas as suas correntes estudantis dentro da UNE e que suas correntes sindicais induziram a adequação completa da Conlutas nas últimas lutas para a fundação da nova central, em três pontos: 1) Participação ativa na política de unidade com os governistas, já que Intersindical nunca se separou definitivamente da burocracia da CUT; 2) Corte na participação estudantil e de setores do movimento popular na nova entidade, e; 3) Adequação a Reforma Sindical do Governo Lula, para angariar o aparato do imposto sindical.

Este desvio político também conduziu ao oportunismo e a debilidades práticas. Em sua última plenária nacional realizada no dia 30 de janeiro, em Salvador, a ANEL não apresentou nenhuma política concreta para as reformulações e ataques da burguesia brasileira na educação, não debatendo nada sobre a luta contra o novo ENEM e as reformulações feitas pelo Ensino Médio Inovador, deixando um vácuo para a luta dos estudan-

tes. Ao mesmo tempo, a ANEL já expressa em suas resoluções do CNE (Congresso Nacional de Estudantes) sua estratégia legalista para o próximo período, que consistirá em apoiar PL's (Projetos de Lei), Plebiscitos, abaixo assinados e candidaturas parlamentares para implementá-los, pois, na prática, a ação direta e as ocupações ficam relegadas a segundo plano; esta resolução fica clara na passagem: "somente (sic) com um projeto como o PL podemos alcançar a universidade que queremos".

ELEIÇÕES DO REGIME DEMOCRÁTICO-BURGUÊS

2010 enquanto ano eleitoral prepara mais uma farsa da democracia burguesa para os trabalhadores. Os partidos reformistas e eleitores, a qual condicionam boa parte de sua existência a participação na democracia burguesa, preparam mais uma vez o reforço das estruturas do Estado Burguês e as ilusões legalistas no seio do proletariado. O PT, da Dilma Roussef, abre sua frente eleitoral de colaboração de classe com apoio da burguesia brasileira organizada no PMDB e demais siglas governistas (PDT, PPS etc.) e organiza seu apoio nas organizações de trabalhadores capitaneadas pela CMS (MST, CUT, UNE). Outra sigla tradicional da burguesia, o PSDB, que se diferencia apenas em grau do PT, aposta na eficácia de Serra para dar continuidade às políticas de reestruturação neoliberal no país conduzida por Lula até agora. O PSOL veio a público nestas eleições apenas mostrar o quão longe pode chegar seu oportunismo eleitoral, chamando uma aliança com o burguês PV,

cujo aborto deste casamento nada muda o caráter reformista de sua política. Já o PSTU revela sua política também eleitoreira, anunciando ser as eleições o maior embate dos trabalhadores para o próximo período.

CONCLUSÃO E ALTERNATIVAS

A crise econômica mundial ainda não possui futuro certo, podendo se agravar e gerando condições para uma quebra no consenso governista, da mesma forma que não. Ainda assim, não podemos ficar reféns da política catastrofista das entidades e partidos reformistas que esperam sentados o desmoronamento do capitalismo, enquanto ao mesmo tempo submetem as organizações de luta dos trabalhadores ao legalismo, ao eleitoralismo e ao governismo no Brasil. Essa política nos conduzirá a derrota.

Por isso a RECC entende que se faz urgente e necessária para os estudantes e trabalhadores do Brasil a reorganização de um verdadeiro pólo anti-governista para as lutas contra os ataques que se esboçam para o próximo período, sejam pelo imperialismo ou pela burguesia nacional. Dessa forma, a Nova Central e sua linha para-governista representará um retrocesso para a luta dos trabalhadores. Então, é imprescindível que se avance nesse momento na construção de plenárias de oposições e entidades de base pró-movimento nacional de oposição sindical, popular e estudantil, espaço que possa discutir a construção de uma verdadeira Central de Classe, capaz de conduzir a luta do proletariado através da ação direta de massas e independência do sindicalismo de estado e das burocracias governistas. ■

Reorganizar o pólo anti-governista sindical, popular e estudantil! Derrotar pela ação direta as reformas privatizantes na educação!

DEBATE EM PORTO ALEGRE: MAIS UM PASSO NA CONSOLIDAÇÃO NACIONAL DA RECC.

No dia 28 de Janeiro de 2010, na cidade de Porto Alegre - RS, a Rede Estudantil Classista e Combativa organizou, juntamente com o Grêmio Estudantil Parobé-RS e as organizações Luta Marxista e União Popular Anarquista, um debate ampliado com o tema: "As Tarefas da Luta Estudantil Combativa para 2010". A reunião, realizada de forma paralela e independente ao fórum social mundial, então em ocorrência, tinha como principal objetivo analisar a conjuntura e avançar o debate para consolidação de uma alternativa anti-governista, classista e combativa para o Movimento Estudantil, assim como apontar atividades e campanhas a serem encaminhadas nacionalmente.

Desta forma, foram deliberadas atividades de agitação e propaganda no que chamamos de "Semana Estudantil Classista e Combativa", a ser realizada na semana do Dia Nacional de Luta dos Estudantes, 28 de março. Esta data é marcada pela morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, assassinado a balas em 1968 pela repressão policial da ditadura quando este participava da ocupação do Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Foi encaminhado ainda que as entidades de base filiadas a RECC façam debates e mobilizações pela pauta do Fim do Vestibular, além da importância de levantarmos alta a bandeira da aliança operária-camponesa-estudantil, em especial no 1º de Maio, Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores, convergindo na construção de um Movimento Nacional de Oposição, que combata o governismo e o reformismo e sirva de ferramenta para a luta de nossa classe. ■

Edson Luís: Presente! Não esquecemos nem perdoamos! Construir a Semana Estudantil Classista e Combativa!

ATAQUES NEOLIBERAIS À EDUCAÇÃO NO BRASIL

O Programa “Ensino Médio Inovador” (EMI), que começa a ser aplicado no ano de 2010 em todo o país, após um processo atropelado de incorporação nas escolas, é um programa do governo federal que vem diretamente atrelado ao novo modelo de acesso a universidade, o Novo Enem. O Enembular -como denominamos- segundo análise feita em nosso último boletim, não representa o fim do vestibular, como mente o governo, muito pelo contrário, consegue ser ainda mais excludente que o seu antecessor.

No Enembular, realizado por uma prova nacional unificada, o candidato escolherá 5 universidades distintas onde deseja estudar, caso passe. Evidentemente, morar em outra cidade acarreta em alto custo para se manter, tornando tal mobilidade praticamente impossível para um estudante de baixa renda, principalmente com a falta de assistência estudantil vista hoje. Dessa maneira, o novo sistema de seleção transformará o acesso a universidade em um processo ainda mais elitizado, viável apenas para quem tem dinheiro. Esse fato já pode ser comprovado, pois 45% das vagas das 51 instituições que aderiram ao novo Enem como fase única em sua última seleção estão ociosas.

O EMI, por sua vez, tem caráter inicialmente experimental, sendo aplicado em poucas escolas do Brasil. Porém, traz consigo uma concepção de ensino médio que, em médio prazo, poderá ser adotada por todas as escolas (com as verbas do programa, ou não).

EMI, NOVO ENEM E AS REFORMAS UNIVERSITÁRIAS: 3 FACES DO MESMO ATAQUE

Todo o ensino médio hoje é um grande preparatório voltado para o vestibular, e com a adoção do Novo ENEM não poderia ser diferente. As modificações previstas no ensino médio, decorrentes da implantação do Enembular, atingirão por sua vez as licenciaturas, obrigando aí modificações, sem que haja o devido debate acadêmico, para se adequarem ao novo modelo curricular de ensino médio. Os docentes do ensino médio, já formados, também passarão por uma espécie de reciclagem, que se dará através de um curso a distância (EAD). Os cursos a distância são formas de baratear o ensino e tem aumentado cada vez mais no país, reduzindo custos na educação e precarizando a aprendizagem.

O Ministro da Educação de Lula, Fernando Haddad, já apresentou o projeto de reforma no ensino médio, o qual foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O EMI, entre outras medidas, substituirá as 12 disciplinas tradicionais por quatro grandes eixos temáticos, são eles: trabalho, ciência, tecnologia e cultura; similares aos cobrados no Enembular. Tal agrupamento em grandes blocos de disciplinas é tratado pelo MEC como “interdisciplinaridade”, no entanto representará uma diluição das especificidades de cada disciplina, tornando o aprendizado genérico e abstrato.

O eixo trabalho, por exemplo, bastante enfatizado no Documento Orientador do MEC, evidencia a postura neoliberal do governo ao firmar um compromisso com o mercado de trabalho, valorizando o tecnicismo em detrimento da formação humana. Isso representa uma contradição entre os interesses dos capitalistas e dos secundaristas e docentes do ensino médio. Na Portaria Nº 971 do MEC, que institui o EMI, vemos esta evidência quando é previsto a existência de articulação e parceria das redes de ensino público com o chamado “Sistema S” (como SESC, SENAC, SESI, SENAI etc.) – organizações empresariais cujo objetivo é treinar e qualificar mão-de-obra de acordo com a demanda do comércio e da indústria.

O Ensino Médio Inovador (EMI) aquém de ser um projeto que ponha fim a dualidade entre trabalho intelectual e manual, consiste, na verdade, quando diz no projeto da “necessidade de inserção no mundo competitivo do trabalho”, em aperfeiçoar a condição dos estudantes a dominação burguesa do trabalho.

Para os estudantes, o Novo Enem e o Ensino Médio Inovador não devem ser entendidos de maneira isolada. Ambos fazem parte do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), uma espécie de PAC da educação. Eles são as faces de um único projeto de matriz neoliberal para a educação brasileira, aplicada pelo governo Lula/PT desde seu primeiro mandato, cumprindo agora as modificações que tangem o ensino médio e o ingresso nas universidades. Nesse plano, as características de reforma universitária são dadas, por exemplo, pelos decretos REUNI, PROUNI, ENADE, Fundações Públicas de Direito Privado, que, de forma geral, privilegiam o setor privado em detrimento do público.

Ou seja, o atual governo entende que a educação deve se vender ao capital, servir aos patrões, e para isso não poupa energias.

O Ensino Médio Inovador deixa, na verdade, várias brechas. Por exemplo, a pretensão de aumento da carga escolar de 2400 para 3000 horas-aula não vem seguida da garantia de contratação de novos professores ao quadro efetivo. Ou seja, toda articulação prevista com empresas privadas nos sugerem justamente que 20% da grade-horária, relacionada às “atividades optativas” dos estudantes, poderá se viabilizar mediante contratação de serviços terceirizados.

Outra medida questionável é que o EMI prevê repasse de cerca de 100 milhões de reais às escolas que aderirem ao programa. É notável que a maioria das escolas no Brasil necessite de mais verbas, havendo locais que nem resmas de papel existem para realização de provas e trabalhos, sem contar a falta de infra-estrutura física e de professores. Ou seja, o MEC privilegia um seleto número de escolas - mesmo sob as condições negativas, em nossa avaliação, do EMI - enquanto a maioria segue sem o mínimo de recursos financeiros. Exigimos o aumento de verba para as escolas públicas já!

Todo um discurso que vem sendo apresentado pelo governo e pela mídia a respeito do “fim do vestibular” e da universalização do ensino através do Enembular e do Ensino Médio Inovador, devem ser desmistificados. Primeiro, pois o fim do vestibular real seria a garantia do acesso livre a todos os estudantes que concluíssem o ensino médio diretamente ao ensino superior, similar aos modelos da Argentina, México ou Canadá. Ou seja, o fim de prova classificatória e seletiva. Obviamente que isso deva vir acompanhado com a melhoria da aprendizagem no ensino básico como um todo. Segundo, pois é demagógico o MEC falar em “universalização do ensino médio”, uma vez que esta etapa do ensino não é suficiente para a formação social e intelectual do indivíduo, sendo os aprendizados científicos e humanos das universidades crucial para isso.

FORA EMI! FORA ENEMBULAR! A EDUCAÇÃO NÃO DEVE SERVIR AOS PATRÕES!

Constatamos, então, que os alunos do ensino médio, das licenciaturas e os docentes do ensino médio, serão atingidos diretamente com esse projeto que está sendo aplicado de cima para baixo por Haddad. Cabe denunciar o papel que tem a pelega e mafiosa, a governista UNE, que recebe montanhas de dinheiro para defender os projetos do governo dentro do Movimento Estudantil. Sem contar que o programa Ensino Médio Inovador terá um comitê gestor central onde um dos assentos é formado pela ultra-pelega secundarista UBES, mostrando novamente sua traição.

A centralidade que devem ter os estudantes na definição do tipo de ensino que nos interessa, ou seja, que interessa a classe trabalhadora, passa necessariamente pelo fortalecimento do Movimento Estudantil Classista e Combativo. Este fortalecimento implica a negação de entidades falidas como a UBES e a negação em compor espaços burocráticos de gestão com o governo, passando, assim, pela reorganização de grêmios estudantis ou oposições de luta, sua coordenação entre escolas secundaristas e pela unidade com os universitários e trabalhadores da área escolar. A ação direta, ou seja, a organização e confiança em nossa própria força através dos estudantes mobilizados, deve ser o método empregado em nossa luta!

Concluimos, então, que as reformas do governo na área educacional se apresentam de forma fragmentada, em vários decretos e portarias, mas formando um todo articulado. Essa fragmentação é também estratégica no sentido de dificultar as contraofensivas dos estudantes organizados, única forma de defender a educação pública. Nesse sentido, é crucial compreendermos a correlação entre os vários programas, articulando-os com a atual reestruturação produtiva, via liberalização da economia, levada a cabo pelo governo Lula/PT. O que está em jogo é todo um modelo educacional, onde as escolas e universidades estão cada vez mais sendo utilizadas como espaço de produção e reprodução capitalista. ■

***Abaixo o Ensino Médio Inovador e ENEM neoliberais!
Por uma educação a serviço da classe trabalhadora!***

ATO CONTRA NOVO ENEM MOBILIZA SECUNDARISTAS E UNIVERSITÁRIOS NO CEARÁ

No dia 26 de Fevereiro em Fortaleza, cerca de 200 estudantes universitários (UECE e UFC) e secundaristas de cursos pré-vestibulares e escolas públicas, organizados no Comitê de luta contra o Novo Enem e pelo Livre Acesso, ocuparam o CONSUNI (Conselho Universitário) da UFC, impedindo a votação que aprovaria o Novo Enem como forma única de acesso a universidade.

Entretanto o reitor, de forma autoritária e antidemocrática, aprovou o novo Enem via Ad Referendum, um mecanismo previsto na estrutura da universidade onde ele pode aprovar projetos apenas com sua assinatura. Se os conselhos universitários já são espaços burocratizados, pois a representação estudantil é mínima e impotente nesses, aceitar o mecanismo do Ad Referendum é legitimar que o Reitor decida todos os caminhos da universidade sozinho.

A RECC teve um papel fundamental na

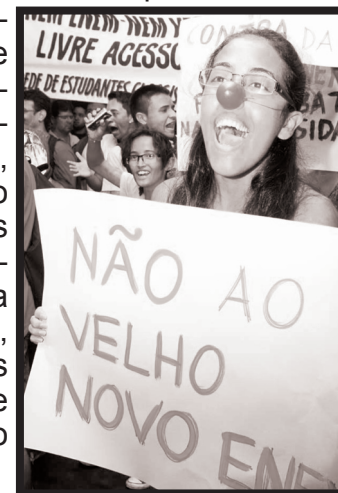
construção e impulsionamento desse comitê, participando ativamente de suas comissões e de mobilizações em debates na UECE, UFC escolas e cursinhos, hasteando sempre as bandeiras da ação direta e do protagonismo estudantil. Desde ano passado já construímos debates sobre o Novo Enem.

Já os para-governistas do DCE-UFC (Psol/PSTU) defenderam inicialmente a bandeira recuada de “por mais debates”, alterando de opinião somente após pressão da base estudantil, ainda que de forma oportunista. Ainda assim, a maior parte do DCE fez claramente “corpo mole” nos processos de mobilização, reocupando-se mais em aparecer na mídia burguesa em detrimento dos debates na base estudantil. E mesmo afirmando o CONSUNI como espaços burocratizados, continuam a legitimá-lo.

Por sua vez, a mafiosa corja governista da UNE (PT/PDT/PCdoB), articulou um golpe

que aprovou o ENEM em CEB (Conselho de Entidades de Base). Isso só ocorreu porque tiveram a ajuda da debilidade organizativa do DCE-UFC, cedendo à pressão do governismo que remarcou um CEB no horário da plenária do Comitê contra o novo ENEM, em uma clara tentativa de boicotar nossa atividade.

Depois do AD Referendum a luta contra o novo Enem e pelo Livre Acesso ganhou novas proporções, sendo incorporado a bandeira de democracia universitária, que passa necessariamente pela destruição dos CONSUNI, e pela defesa do voto universal em todas as instâncias. O comitê juntamente com a RECC segue na luta, novas manifestações já foram marcadas e novas lutas poderão vim! ■



***Derrotar as reformas educacionais neoliberais de LULA/PT com ação direta estudantil!
Abaixo o Semi-Governismo (PSOL/PSTU) Eleitoreiro, Burocrata e Oportunista, do M.E!***

XVIII ENEG: PRIMEIROS PASSOS PARA A RECONSTRUÇÃO DA LUTA E ORGANIZAÇÃO NA GEOGRAFIA

O último Encontro Nacional de Estudantes de Geografia, ocorrido em Janeiro na cidade de Maceió – AL, teve importantes embates políticos. A RECC esteve presente defendendo a necessidade de organizar e armar politicamente o Movimento Estudantil de Geografia (MEGEO) para os desafios e lutas os quais teremos que enfrentar nesse próximo período.

O MEGEO, como analisamos em nosso Manifesto ao ENEG[1], atualmente se encontra desorganizado e burocratizado, pois não existem instrumentos organizativos internos para garantir a democracia de base nem os debates políticos essenciais para avançarmos na luta. O “apartidarismo” direitista, defendido pela atual “gestão participativa” da Confederação Nacional das Entidades dos Estudantes de Geografia (CONEEG), é uma camisa-de-força para perpetuar a despolitização e a apatia que dominam o movimento. Isto ficou claro no último ENEG. De 2.000 estudantes presentes, cerca de apenas 100 participaram das atividades e, no próprio calendário do Encontro, simplesmente não foi garantido espaços para o acúmulo político. Tal fato é resultado de uma concepção errada de Mo-

vimento Estudantil, que deve ser combatida de forma veemente pelos lutadores sinceros, pois a desorganização e despolitização servem apenas para facilitar a implementação das políticas neoliberais do Governo Lula contra trabalhadores e estudantes, uma vez que não é capaz de opor resistência!

Mesmo numa conjuntura tão desfavorável, a RECC desde o início do ENEG fez o combate a atual linha da CONEEG, propondo a construção de um Congresso de Base dos Estudantes de Geografia, com eleição de delegados e apresentação de teses. A intenção seria modificar o caráter da participação de hoje que é dominada pelo clima festivo e que em geral só vai quem tem condições financeiras e vontade de curtição, para um caráter de representatividade das bases organizadas. Tal proposta foi defendida também pela Regional Nordeste e deu a tônica da polarização na Plenária Final contra os “apartidários”, que foram contra o congresso, claro. A proposta do Congresso perdeu por menos de 10 votos

e representou um primeiro passo na polarização nacional no MEGEO. Na Plenária Final se deliberou também a construção de uma Semana Nacional em Defesa dos Trabalhos de Campo, entre os dias 24 e 28 de maio, momento importante para a mobilização e discussões desde a base.

Nós da RECC acreditamos que desde já se faz necessário constituir uma oposição nacional no MEGEO, com uma linha verdadeiramente anti-governista, combativa e classista, que combata a UNE e os governistas sob todas as suas roupagens (inclusive a “apartidária”!), que denuncie o oportunismo da ANEL/Pstu que reproduz o reformismo/parlamentarismo da UNE e que dispute politicamente a direção do MEGEO no sentido de colocá-lo a serviço das lutas. Por isso fazemos um chamado a todas as entidades e coletivos/oposições de geografia pelo Brasil para organizarem-se na RECC, enquanto pólo de oposição e reorganização do Movimento Estudantil brasileiro. ■

[1] Disponível no sítio da RECC.

Pelo Congresso Nacional de Base!

Construir a Semana Nacional em Defesa dos Trabalhos de Campo!

Por uma Ciência Geográfica crítica e a serviço da causa do povo!

Filiados e constroem a Rede Estudantil Classista e Combativa:

Oposição Classista Combativa Independente ao DCE/UnB - DF; Coletivo Luta Sociais! UnB - DF; Grêmio do CEAN - gestão “Consciência Estudantil” - DF; Coletivo Serviço Social em Luta/UFF - RJ; Oposição Classista e Combativa ao DCE/UFC - CE.